



MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO - SC

Rua: Anacleto da Silva Ortiz, 127 – Centro – Cx Postal 05 - CEP 88570-000

Fone/Fax: (49) 3242 1111 – www.cerrito.sc.gov.br

e-mail: cerrito@cerrito.sc.gov.br - CNPJ: 82.777.327/0001-39

LEI MUNICIPAL Nº. 07/87

De 09 de junho de 1987.

CÓDIGO DE OBRAS E EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CERRITO, ESTADO DE SANTA CATARINA.

Dispõe sobre as construções no Município de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São José do Cerrito.
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Qualquer construção ou acréscimo, de iniciativa pública ou privada somente poderá ser executada após exame, aprovação do projeto, a concessão de licença de construção pela Prefeitura Municipal, de acordo com as exigências contidas neste Código e mediante a responsabilidade de profissional legalmente habilitado.¹

Artigo 2º - Para os efeitos deste Código ficam dispensados de apresentação de projeto, ficando contudo sujeitas a concessão de licença, a construção de edificações destinadas a habitação e as pequenas reformas com as seguintes características:

I – Terem área de construção igual ou inferior a 60,00 m² (sessenta metros quadrados), quando forem em madeira ou mista;

II – Terem área de construção igual ou inferior a 40,00 m² (quarenta metros quadrados), quando forem em alvenaria;

III – Não determinarem reconstrução ou acréscimo que ultrapasse a área de 18,00 m² (dezoito metros quadrados);²

IV – Não possuírem estrutura especial, nem exigirem calculo estrutural.

¹. De acordo com as normas federais, todas as edificações devem ser objeto de projeto elaborado por profissionais legalmente habilitados pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA). Cabe a este Órgão a fiscalização de cumprimento da Lei, não sendo portanto matérias de peculiar interesse do Município.

². Caso a Prefeitura Municipal disponha de normas relativas a taxas de ocupação este acréscimo, somado a área inicial de construção, não deverá ultrapassar os limites previamente estabelecidos.

V – Não transgredirem este Código.

Parágrafo único – Para a concessão de licença os casos previstos neste artigo, serão exigidos croquis e cortes esquemáticos, contendo dimensões e áreas, traçados em formulários fornecidos pela Prefeitura Municipal.

Artigo 3º - Os edifícios públicos de acordo com a Emenda Constitucional nº. 12 de 17.10.78, deverão possuir condições técnicas-construtivas que assegurem aos deficientes físicos, pleno acesso e circulação nas suas dependências.

Artigo 4º - O responsável por instalação de atividade que possa ser causadora de poluição, fica obrigado a apresentar projeto ao Órgão Estadual que trata de controle ambiental para exame e aprovação.

Artigo 5º - Os projetos deverão estar de acordo com esta Lei e a Legislação vigente sobre Zoneamento e Parcelamento do Solo.

CAPÍTULO II

DAS CONDIÇÕES RELATIVAS A APRESENTAÇÃO DE PROJETOS

Artigo 6º - Os projetos deverão ser apresentados ao Órgão competente da Prefeitura Municipal contendo os seguintes elementos:

I – Planta de situação e localização na escala mínima de 1:500 (um para quinhentos) onde constarão:

- a) a projeção da edificação ou edificações dentro do lote, figurando rios, canais e outros elementos que possam orientar a decisão das autoridades municipais;
- b) as dimensões das divisas do lote e as dos afastamentos de edificação em relação às divisas e à outra edificação porventura existente;
- c) as cotas de largura do(s) logradouro(s) e dos passeios contíguos ao lote;
- d) orientação do norte magnético;
- e) indicação da numeração do lote a ser construído e dos lotes vizinhos;
- f) relação contendo área do lote, área de projeção de cada unidade, cálculo da área total de cada unidade, taxa de ocupação.

II – Planta baixa de cada pavimento que comportar a construção na escala mínima de 1:100 (um para cem), determinando:

- a) as dimensões e áreas exatas de todos os comportamentos, inclusive dos vãos de iluminação, ventilação, garagens e áreas de estacionamento;
- b) a finalidade de cada compartimento;
- c) os traços indicativos dos cortes longitudinais e transversais;
- d) indicação das espessuras das paredes e dimensões externas totais da obra.

III – Cortes, transversal e longitudinal, indicando a altura dos compartimentos, níveis dos pavimentos, alturas das janelas e peitoris, e demais elementos necessários à compreensão do projeto, na escala mínima de 1:100 (um para cem);

IV – Planta de cobertura com indicação dos caimentos na escala mínima de 1:200 (um para duzentos);

V – Elevação da fachada ou fachadas voltadas para a via pública na escala mínima de 1:100 (um para cem);

VI – Planta esquemática de instalação elétrica e hidro-sanitária na escala mínima de 1:100 (um para cem).

§ 1º - Haverá sempre escala gráfica, o que não dispensa a indicação de cotas.

§ 2º - Em qualquer caso, as pranchas exigidas no “caput” do presente artigo, deverão ser moduladas, tendo o módulo mínimo as dimensões de 0,22 x 0,33m (vinte e dois por trinta centímetros).

§ 3º - No caso de reforma ou ampliação, deverá ser indicado no projeto o que será demolido, construído ou conservado, de acordo com as seguintes convenções de cores:

I – Cor natural da cópia heliográfica para as partes existentes e a conservar;

II – Cor amarela, para as partes a serem demolidas;

III – Cor vermelha para as partes novas e acrescidas.

§ 4º - Nos casos de projetos para construção de edificações de grandes proporções, as escalas mencionadas no “caput” deste artigo poderão ser alteradas, devendo contudo ser consultado previamente o Órgão competente da Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO III

DA APROVAÇÃO DO PROJETO

Artigo 7º - Para efeito de aprovação ou concessão de licença, o proprietário deverá apresentar a Prefeitura Municipal os seguintes documentos:

I – Requerimento solicitando a aprovação do projeto, assinado pelo proprietário ou procurador legal, de acordo com modelo fornecido pelo GAPLAN;

II – Projeto de arquitetura conforme especificações do Capítulo II deste Código, que deverá ser apresentado em 3 (três) jogos completos de cópia heliográfica, assinados pelo proprietário, pelo autor do projeto e pelo responsável técnico da obra, dos quais após visados, dois jogos completos serão devolvidos ao requerente junto com a respectiva licença, ficando o outro arquivado.

Artigo 8º - As modificações introduzidas em projeto já aprovado deverão ser notificadas a Prefeitura Municipal, que após exame poderá exigir detalhamento das referidas modificações.

Artigo 9º - Após a aprovação do projeto e comprovado o pagamento das taxas devidas, a Prefeitura fornecerá alvará de construção, válido por 1 (um) ano, ressalvando ao interesse requerer revalidação.

Parágrafo único – As obras que por sua natureza exigirem prazos superiores para construção, poderão ter o prazo previsto no “caput” do artigo, ampliado mediante o exame de cronograma pela Prefeitura Municipal.

Artigo 10 – A Prefeitura terá o prazo mínimo de 21 (vinte e um dias), a contar da data de entrada do processo, para se pronunciar quanto ao projeto apresentado.

CAPÍTULO IV

DA EXECUÇÃO DA OBRA

Artigo 11 – A execução da obra somente poderá ser iniciada depois de aprovado o projeto e expedido o alvará de licença para a construção.

Artigo 12 – Uma obra será considerada iniciada assim que estiverem sido começadas as suas fundações.

Artigo 13 – Deverá ser mantido na obra o alvará de licença juntamente com o jogo de cópias do projeto apresentado à prefeitura e por ela visado, para apresentação quando solicitado, aos fiscais de obras ou a outras autoridades competentes da Prefeitura.

Artigo 14 – Quando expirar o prazo do alvará e a obra não estiver concluída, deverá ser providenciada a solicitação de uma nova licença que poderá ser concedida em prazos de 1 (um) ano sempre após vistoria da obra pelo Órgão Municipal competente.

Artigo 15 – Não serão permitidas sob pena de multa ao responsável pela obra, a permanência de qualquer material de construção na via pública, por tempo maior que o necessário para sua descarga e remoção.

Artigo 16 – Nenhuma construção ou demolição poderá ser executada no alinhamento predial, sem que esteja obrigatoriamente protegida por tapumes que garantam a segurança de quem transita pelo logradouro.

Artigo 17 – Tapumes e andaimes não poderão ocupar mais do que 2/3 (dois terços) da largura do passeio, deixando inteiramente livre a desimpedida para os transeuntes, o outro 1/3.

CAPÍTULO V

DA CONCLUSÃO E ENTREGA DAS OBRAS

Artigo 18 – Uma obra é considerada concluída quando tiver condições de habitabilidade, estando em funcionamento as instalações hidro-sanitárias e elétricas.

Artigo 19 – Concluída a obra, o proprietário deverá solicitar à Prefeitura Municipal a vistoria da edificação.

Artigo 20 – Procedida a vistoria e constatado que a obra foi realizada em consonância com o projeto aprovado, obriga-se a Prefeitura a expedir o “habite-se” no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de entrada do requerimento.

Artigo 21 – Poderá ser concedido “habite-se” parcial a juízo do órgão competente da Prefeitura Municipal, consoante requerimento formal do proprietário.

Parágrafo único – O “habite-se” parcial poderá ser concedido nos seguintes casos:

I – Quando se tratar de prédio composto de parte comercial e parte residencial e puder cada uma ser utilizada independentemente da outra;

II – Quando se tratar de mais de uma construção feita independentemente no mesmo lote;

III – Quando se tratar de edificação em vila, estando seu acesso devidamente concluído.

Artigo 22 – Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida a vistoria pela Prefeitura e expedido o respectivo “habite-se”.

CAPÍTULO VI

DAS CONDIÇÕES GERAIS RELATIVAS À EDIFICAÇÃO

SEÇÃO I

DAS FUNDAÇÕES

Artigo 23 – As fundações serão executadas de modo que a carga sobre o solo não ultrapasse os limites indicados nas especificações da Associação de Normas Técnicas (ABNT).

§ 1º - As fundações não poderão invadir o leito da via pública.

§ 2º - As fundações das edificações deverão ser executadas de maneira que não prejudiquem os imóveis vizinhos, e sejam totalmente independentes e situados dentro dos limites do lote.

SEÇÃO II

DAS PAREDES E DOS PISOS

Artigo 24 – As paredes tanto externas como internas, quando executadas em alvenaria de tijolo comum, deverão ter espessura mínima de ½ (meio) tijolo ou paredes de frontal.

Parágrafo único – As paredes de alvenaria de tijolo comum que constituírem divisões entre economias distintas, e as construídas nas divisas dos lotes, deverão ter espessura mínima de 1 (um) tijolo.

Artigo 25 – As espessuras mínimas de paredes constantes no artigo anterior poderão ser alteradas, quando forem utilizados materiais de natureza diversa, desde que possuam,

comprovadamente, no mínimo os mesmos índices de resistência, impermeabilidade e isolamento térmico e acústico, conforme o caso.

Artigo 26 – As paredes de banheiros, despensas e cozinhas, deverão ser revestidas no mínimo até a altura de 1,50 (um metro e cinquenta centímetros) de material impermeabilizante, lavável, liso e resistente.

Artigo 27 – Os pisos dos compartimentos assentados diretamente sobre o solo deverão ser convenientemente impermeabilizados.

Artigo 28 – Os pisos de banheiros e cozinhas deverão ser impermeáveis e lavável.

SEÇÃO III

DOS CORREDORES, ESCADAS E RAMPAS

Artigo 29 – Nas construções em geral as escadas ou rampas para pedestres, assim como os corredores, deverão ter a largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) livres, devendo apresentar condições de segurança e proteção ao usuário.

Parágrafo único – Nas edificações residenciais serão permitidas escadas e corredores privados, para cada unidade, com largura mínima de 1,00 (um metro) livre.

Artigo 30 – O dimensionamento dos degraus obedecerá a uma altura máxima de 0,18m (dezoito centímetros) e uma profundidade mínima de 0,25 (vinte e cinco centímetros), obedecendo a seguinte fórmula: $2a + b = 0,63/0,64$, onde: “A” é a altura do degrau e “B” a profundidade.

Parágrafo único – Não serão permitidas escadas em leque nas edificações de uso coletivo.

Artigo 31 – Nas escadas de uso coletivo sempre que a altura a vencer for superior a 2,80m (dois metros e oitenta centímetros), será obrigatório intercalar um patamar de largura mínima igual a largura adotada para a escada.

Artigo 32 – As rampas para pedestres de ligação entre dois pavimentos não poderão ter declividade superior a 15% (quinze por cento).

SEÇÃO IV

DAS FACHADAS

Artigo 34 – É livre a composição das fachadas excetuando-se as localizadas em zonas tombadas, devendo neste caso, ser ouvido o Órgão Federal, Estadual ou Municipal competente.

SEÇÃO V

DAS COBERTURAS

Artigo 35 – As coberturas das edificações serão construídas com materiais que possuam perfeita impermeabilidade e isolamento térmico.

Artigo 36 – As águas pluviais provenientes das coberturas serão esgotadas dentro dos limites do lote, não sendo permitido o deságüe sobre lotes vizinhos ou logradouros.

Parágrafo único – Os edifícios situados no alinhamento deverão dispor de calhas e condutores, e as águas canalizadas por baixo do passeio.

SEÇÃO VI

DAS MARQUISES E BALANÇOS

Artigo 37 – A construção de marquises nas testadas das edificações, construídas no alinhamento, não poderão exceder a $\frac{3}{4}$ (três quartos) da largura do passeio.

§ 1º - Nenhum de seus elementos, estruturais ou decorativos, poderá estar a menos de 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros) acima do passeio público.

§ 2º - A construção de marquises não poderá prejudicar a arborização e a iluminação públicas.

Artigo 38 – As fachadas construídas no alinhamento ou as que dele ficarem recuadas em virtude do recuo obrigatório, poderão ser balanceadas a partir do segundo pavimento.

Parágrafo único – O balanço a que se refere o “caput” deste artigo não poderá exceder a medida correspondente a $\frac{3}{4}$ (três quartos) da largura do passeio ou 1,00m (um metro) no máximo.

SEÇÃO VII

DOS MUROS, CALÇADAS E PASSEIOS

Artigo 39 – A Prefeitura Municipal poderá exigir dos proprietários, a construção de muros de arrimo e de proteção, sempre que o nível do terreno for superior ao logradouro público, ou quando houver desnível entre os lotes que possa ameaçar a segurança pública.

Artigo 40 – Os terrenos baldios nas ruas pavimentadas deverão ser fechados com muros de alvenaria ou cercas vivas, devendo ser mantidos limpos, saneados e isentos de depósitos de lixos.

Artigo 41 – Os proprietários dos imóveis que tenham frente para logradouros públicos pavimentados ou dotados de meio-fio, são obrigados a pavimentar e manter em bom estado os passeios em frente a seus lotes.

Parágrafo único – Em determinadas vias, a Prefeitura Municipal poderá determinar a padronização da pavimentação dos passeios, por razões de ordem técnica e estética.

SEÇÃO VIII

DA ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Artigo 42 – Todo compartimento deverá dispor de abertura comunicando diretamente com o logradouro ou espaço livre dentro do lote para fins de iluminação e ventilação.

Parágrafo único – O disposto neste artigo não se aplica a corredores e caixas de escada.

Artigo 43 – Não poderá haver aberturas em paredes levantadas sobre a divisa ou a menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da mesma, conforme anexo IV da Lei do Plano Diretor.

Artigo 44 – Abertura para iluminação ou ventilação dos cômodos de longa permanência confrontantes em economias diferentes, e localizadas no mesmo terreno, não poderão ter entre elas distâncias menor que 3,00 (três metros), mesmo que estejam em um mesmo edifício.

Artigo 45 – Os poços de ventilação não poderão, em qualquer caso, ter área menor de 1,50 m² (um metro e cinquenta centímetros quadrados), nem dimensão menor que 1,00m (um metro) devendo ser revestidos internamente e visitáveis na base. Somente serão permitidos para ventilar compartimentos de curta permanência.

Artigo 46 – São considerados de permanência prolongada os compartimentos destinados a: dormitórios, salas, comércio e atividades profissionais.

Parágrafo único – Os demais compartimentos são considerados de curta permanência.

SEÇÃO IX

DOS ALINHAMENTOS E DOS AFASTAMENTOS

Artigo 47 – Todos os prédios construídos ou reconstruídos dentro do perímetro urbano, deverão obedecer ao alinhamento e ao recuo obrigatório, conforme anexo IV da Lei do Plano Diretor.

SEÇÃO X

DAS INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS

Artigo 49 – As instalações hidráulicas, deverão ser feitas de acordo com as especificações do projeto aprovado pelo Órgão Público competente.

Artigo 50 – É obrigatória a ligação da rede domiciliar à redes gerais de água e esgoto, quando tais redes existirem na via pública onde se situa a edificação.

Artigo 51 – Enquanto não houver rede de esgoto, as edificações serão dotadas de fossas sépticas afastadas de, no mínimo, 5,00m (cinco metros) das divisas do lote e com capacidade proporcional ao número de pessoas na ocupação do prédio.

§ 1º - Depois de passarem pela fossa séptica, as águas serão infiltradas no terreno por meio de sumidouro convenientemente construído.

§ 2º - As águas provenientes de pias de cozinha e de copa deverão passar por uma caixa de gordura, antes de serem lançadas no sumidouro.

§ 3º - As fossas com sumidouro deverão ficar a uma distância mínima de 15,00m (quinze metros) de raio de poços de captação de água, situados no mesmo terreno ou em terreno vizinho.

CAPITULO VII

DAS EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

SEÇÃO I

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Artigo 52 – Os compartimentos das edificações para fins residenciais conforme sua utilização, obedecerão as seguintes condições quanto as dimensões mínimas:

Compartimento	Área Mínima (m ²)	Largura Mínima (m)	Pé-Direito mínimo (m)	Portas Largura mínima (m)	Área Mínima dos vãos de iluminação em relação à área do piso
1º dormitório ou único	11,00	2,40	2,60	0,70	1/5
2º dormitório	9,00	2,40	2,60	0,70	1/5
Os demais	7,00	2,40	2,60	0,70	1/5
Sala	10,00	2,50	2,60	0,80	1/5
Lojas	25,00	3,00	3,50	1,00	1/5
Lojas com sobre lojas	25,00	3,00	6,00	1,00	1/5
Salas comerciais	18,00	2,80	2,60	0,80	1/6
Quarto empregada	4,50	1,80	2,50	0,70	1/5
Cozinhas e copas	4,00	1,60	2,50	0,80	1/8
Banheiros	2,50	1,20	2,50	0,60	1/8
Lavatórios e inst. Sanitária	1,20	0,80	2,50	0,60	1/8
Área de serviço coberta	2,00	0,80	2,50	0,70	1/5
Circulação	-	0,90	2,50	0,80	-
Garagem	12,00 p/veic.	2,40	2,20	2,40	-
Casa de máquina e sub-solo	-	-	2,20	0,70	-

§ 1º - As portas terão 2,10 (dois metros e dez centímetros) de altura no mínimo.

§ 2º - Os banheiros e instalações sanitárias não poderão ter comunicação direta com copas e cozinhas.

§ 3º - Quanto ao revestimento desses compartimentos deverá ser observado o que segue:

- as cozinhas, banheiros, lavatórios, instalações sanitárias e locais para despejo de lixo terão as paredes até a altura mínima de 1,50 (um metro e cinquenta

centímetros) e o piso revestido de material impermeável com as características de impermeabilização dos azulejos ou ladrilhos cerâmicos.

SEÇÃO II

DOS EDIFÍCIOS E APARTAMENTOS

Artigo 53 – Além de outras disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, os edifícios de apartamentos deverão obedecer as seguintes condições:

- I – Possuir equipamento para extinção de incêndio;
- II – Possuir área de recreação, coberta ou não, proporcional ao número de compartimentos de permanência prolongada, possuindo:
 - a) proporção mínima de 1,00m² (um metro quadrado) por compartimento de permanência prolongada, (quartos, salas) não podendo, porém, ser inferior a 50,00m² (cinquenta metros quadrados);
 - b) continuidade, não podendo seu dimensionamento ser feito por adição de áreas parciais isoladas;
 - c) acesso através de partes comuns afastado dos depósitos coletores de lixo e isolado das passagens de veículos.

SEÇÃO III

DOS ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM

Artigo 54 – Além de outras disposições deste código e das demais Leis Municipais, Estaduais e Federais que lhes forem aplicáveis, os estabelecimentos de hospedagem deverão obedecer às seguintes exigências:

- I – Hall de recepção com serviço de portaria;
- II – Entrada de serviço independente da entrada de hóspedes;
- III – Lavatório com água corrente em todos os dormitórios;
- IV – Instalações sanitárias do pessoal de serviço independentes e separadas das destinadas aos hóspedes;
- V – Instalação sanitária para cada 4 (quatro) dormitórios, no máximo.

CAPÍTULO VIII

DAS EDIFICAÇÕES NÃO RESIDENCIAIS

SEÇÃO I

DAS EDIFICAÇÕES PARA USO INDUSTRIAL

Artigo 55 – A construção, reforma ou adaptação de prédios para uso industrial, somente será permitida em áreas previamente aprovadas pela Prefeitura Municipal e de acordo com a Lei de Zoneamento do Plano Diretor.

Artigo 56 – As edificações de uso industrial deverão atender, além das demais disposições que lhes forem aplicáveis, das Leis do Plano Diretor e seu anexo, as seguintes:

I – Serem as fontes de calor ou dispositivos onde se concentrem as mesmas convenientemente dotadas de isolamento térmico, e, afastadas pelo menos 0,50m (cinquenta centímetros) das paredes;

II – Terem depósitos de combustível, locais adequadamente preparados;

III – Serem as escadas e os entre pisos de material incombustível;

IV – Terem nos locais de trabalho iluminação natural, através de abertura com área mínima de 1/7 (um sétimo) da área do piso, sendo admitidos lanternins ou “shed”;

V – Terem compartimentos sanitários em cada pavimento devidamente separados para ambos os sexos.

VI – Pé direito mínimo de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros).

Parágrafo único – Não será permitida a descarga de esgotos sanitários de qualquer procedência e despejos industriais “in-natura” nas valas coletoras de águas pluviais, ou em qualquer curso d’água.

SEÇÃO II

DAS EDIFICAÇÕES DESTINADAS AO COMERCIO, SERVIÇO E ATIVIDADES PROFISSIONAIS

Artigo 57 – Além das disposições das Leis do Plano Diretor que lhes forem aplicáveis, as edificações destinadas ao comercio, serviço e atividades profissionais, deverão ser dotadas de:

I – Reservatório de água de acordo com as exigências do Órgão ou empresa encarregada do abastecimento de água, totalmente independente da parte residencial, quando se tratar de edificações de uso misto;

II – Instalações coletoras de lixo, nas condições exigidas para os edifícios de apartamentos, quando tiverem mais de 2 (dois) pavimentos;

III – Aberturas de ventilação e iluminação na proporção de no mínimo 1/6 (um sexto) da área do compartimento;

IV – Pé-direito mínimo de 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros), quando da previsão de jirau no interior da loja;

V – Instalações sanitárias privativas, todos os conjuntos ou salas com área igual ou superior a 20,0m² (vinte metros quadrados).

Parágrafo único – A natureza do revestimento do piso e das paredes das edificações destinadas ao comercio, dependerá da atividade a ser desenvolvida, devendo ser executados de acordo com as Leis sanitárias do Estado.

SEÇÃO III

DOS ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES E LABORATORIAIS

Artigo 58 – As edificações destinadas a estabelecimentos hospitalares e de laboratórios de análise e pesquisa, devem obedecer às condições estabelecidas pela Secretaria de Saúde do Estado, além das disposições deste Código que lhes forem aplicáveis.

SEÇÃO IV

DAS ESCOLAS E DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Artigo 59 – As edificações destinadas a estabelecimentos escolares deverão obedecer às normas estabelecidas pela Secretaria de Educação do Estado, além das disposições neste Código que lhes forem aplicáveis.

SEÇÃO V

DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS

Artigo 60 – Além das demais disposições deste Código que lhes forem aplicáveis, os edifícios deverão obedecer ainda as seguintes condições mínimas, para cumprir o previsto no artigo 3º da presente Lei.

I – Rampas de acesso ao prédio deverão ter declividade máxima de 8% (oito por cento), possuir piso antiderrapante e corrimão na altura de 0,75 m (setenta e cinco centímetros);

II – Na impossibilidade de construção de rampas, a portaria deverá ser no mesmo nível da calçada;

III – Quando da existência de elevadores, estes deverão ter dimensões mínimas de 1,10 x 1,40 (um metro e dez centímetros por um metro e quarenta centímetros);

IV – Os elevadores deverão atingir todos os pavimentos, inclusive garagens e sub-solos;

V – Todas as portas deverão ter largura mínima de 0,80m (oitenta centímetros);

VI – Os corredores deverão ter largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros);

VII – A altura máxima dos interruptores, campainhas e painéis de elevadores será de 0,80m (oitenta centímetros);

Artigo 61 – Em pelo menos um gabinete sanitário de cada banheiro masculino e feminino, deverão ser obedecidas as seguintes condições:

I – Dimensões de 1,40m x 1,85m (um metro e quarenta centímetros por um metro e oitenta e cinco centímetros);

II – O eixo do vaso sanitário deverá ficar a uma distância de 0,45m (quarenta e cinco centímetros) de uma das paredes laterais;

III – As portas não poderão abrir para dentro dos gabinetes sanitário, e terão no mínimo 0,80m (oitenta centímetros) de largura;

IV – A parede lateral e mais próxima ao vaso sanitário, bem como o lado interno da porta deverão ser dotadas de alças de apoio, a uma altura de 0,80m (oitenta centímetros);

V – Os demais equipamentos não poderão ficar a alturas superiores a 1,00m (um metro).

SEÇÃO VI

DOS POSTOS DE ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS

Artigo 62 – Além de outros dispositivos deste Código que lhes forem aplicáveis, os postos de abastecimento de veículos estarão sujeitos aos seguintes itens:

I – Apresentação de projetos detalhados dos equipamentos e instalações;

II – Construção em materiais incombustíveis;

III – Construção de muros de alvenaria de 2,00m (dois metros) de altura, separando-o das propriedades vizinhas;

IV – Construção de instalações sanitárias franqueadas ao público, separadas para ambos os sexos.

Parágrafo Único – As edificações para postos de abastecimento de veículos, deverão ainda observar as normas concernentes à legislação vigente sobre inflamáveis.

SEÇÃO VII

DAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO

Artigo 63 – As condições para o cálculo do número mínimo de vagas de veículos, serão na proporção abaixo discriminada, por tipo de uso das edificações:

I – Residência unifamiliar: 1 (uma) vaga por unidade residencial;

II – Residência multifamiliar: 1 (uma) vaga por unidade residencial;

III – Supermercado com área superior a 200,00m² (duzentos metros quadrados) 1 (uma) vaga para cada 25,00m² vinte e cinco metros quadrados) de área útil;

IV – Restaurantes, churrascarias ou similares, com área útil superior a 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) – 1 (uma) vaga para cada 25,00m² (vinte e cinco metros quadrados) de área útil;

V – Hotéis, albergues ou similares – 1 (uma vaga) para dois quartos;

VI – Motéis – (1 (uma) vaga por quarto;

VII – Hospitais, clínicas e casas de saúde – 1 (uma) vaga para cada 100,00m² (cem metros quadrados) de área útil;

Parágrafo único – Será considerada área útil para os cálculos referidos neste artigo, as áreas utilizadas pelo público, ficando excluídos: depósito, cozinhas, circulação de serviço ou similares.

Artigo 64 – A área mínima por vaga será de 15,00m² (quinze metros quadrados) com largura mínima de 2,80m (dois metros e oitenta centímetros).

Artigo 65 – Será permitido que as vagas de veículos exigidas para as edificações ocupem áreas pelos afastamentos laterais, frontais ou de fundos.

Artigo 66 – As áreas de estacionamento que por ventura não esteja previstas neste Código, serão por semelhança estabelecidas pelo GAPLAN.

CAPÍTULO IX

DAS DEMOLIÇÕES

Artigo 67 – A demolição de qualquer edifício, só poderá ser executada mediante licença expedida pelo Órgão competente da Prefeitura Municipal.

Parágrafo único – O requerimento de licença para demolição, deverá ser assinado pelo proprietário da edificação a ser demolida.

Artigo 68 – A Prefeitura Municipal poderá, a juízo do Órgão Técnico competente, obrigar a demolição de prédios que estejam ameaçados de desabamento ou de obras em situação irregular, cujos proprietários não cumprirem com as determinações deste Código.

CAPÍTULO X

DAS CONSTRUÇÕES IRREGULARES

Artigo 69 – Qualquer obra, em qualquer fase sem a respectiva licença estará sujeita a multa, embargo, interdição e demolição.

Artigo 70 – A fiscalização, no âmbito de sua competência expedirá notificações e autos de infração para cumprimento as disposições deste Código, endereçados ao proprietário da obra ou responsável técnico.

Artigo 71 – As notificações serão expedidas apenas para o cumprimento de alguma exigência acessória contida no processo, ou regularização do projeto, obra ou simples falta de cumprimento de disposições deste Código.

§ 1º - Expedida a notificação, esta terá o prazo de 15 (quinze) dias para ser cumprida.

§ 2º - Esgotado o prazo de notificação, sem que a mesma seja atendida, lavrar-se-á o ato de infração.

Artigo 72 – Não caberá notificação, devendo o infrator ser imediatamente autuado:

I - Quando iniciar obra sem a devida licença da Prefeitura Municipal;

II – Quando não cumprir a notificação no prazo regulamentar;

III – Quando houver embargo ou interdição.

Artigo 73 – A obra em andamento, seja ela de reparo, reconstrução, reforma ou construção será embargada, sem prejuízo das multas e outras penalidades, quando:

I – Estiver sendo executada sem a licença ou alvará da Prefeitura Municipal, nos casos em que o mesmo for necessário conforme previsto na presente Lei:

II – For desrespeitado o respectivo projeto;

III – O proprietário ou responsável pela obra recusar-se a atender a qualquer notificação da Prefeitura Municipal referente às disposições deste Código;

IV – Não forem observados o alinhamento e nivelamento;

V – Estiver em risco sua estabilidade.

Artigo 74 – Para embargar uma obra, deverá o fiscal ou funcionário credenciado pela Prefeitura Municipal lavrar um auto de embargo.

Artigo 75 – O embargo somente será levantado após o cumprimento das exigências consignadas no auto de embargo.

Artigo 76 – O prédio ou qualquer de suas dependências poderá ser interditado, provisória ou definitivamente, pela Prefeitura Municipal, nos seguintes casos:

I – Ameaça à segurança e estabilidade das construções próximas;

II – Obras em andamento com risco para o público ou para o pessoal da obra.

Artigo 77 – Não atendida a interdição e não realizada a intervenção ou indeferido o respectivo recurso, terá início a competente ação judicial.

CAPÍTULO XI

DAS MULTAS

Artigo 78 – A aplicação das penalidades previstas no Capítulo X da presente Lei, não eximem o infrator da obrigação do pagamento de multa por infração e da regularização da mesma.

Artigo 79 – As multas serão calculadas por meio de alíquotas percentuais sobre a Unidade de Referência Municipal (URM) e obedecerá o seguinte escalonamento:

I – Iniciar ou executar obras sem licença da Prefeitura Municipal:

- | | |
|---|------|
| a) edificações com área até 60,00m ² (sessenta metros quadrados)..... | 10% |
| b) edificações com área entre 61,00m ² (sessenta e um metros quadrados) e 75,00m ² (setenta e cinco metros quadrados) | 30% |
| c) edificações com área entre 76,00m ² (setenta e seis metros quadrados) e 100,00m ² (cem metros quadrados) | 40% |
| d) edificações com área acima de 100,00m ² (cem metros quadrados) | 50% |
| II – Executar obras em desacordo com o projeto aprovado | 100% |
| III – Construir em desacordo com o termo de alinhamento | 100% |
| IV – Omitir no projeto, a existência de cursos d'água ou topografia acidentada, que exijam obras de contenção de terreno | 50% |
| V – Demolir prédios sem licença da Prefeitura Municipal | 50% |
| VI – Não manter no local da obra, projeto ou alvará de execução da obra .. | 20% |
| VII – Deixar materiais sobre o leito do logradouro público, além do tempo necessário para descarga e remoção | 20% |
| VIII – Deixar de colocar tapumes e andaimes em obras que atinjam o alinhamento | 20% |

Artigo 80 – O contribuinte terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da intimação ou autuação, para legalizar a obra ou sua modificação sob pena de ser considerado reincidente.

Artigo 81 – Na reincidência, as multas serão aplicadas em dobro.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 82 – A numeração de qualquer prédio ou unidade residencial será estabelecida pela Prefeitura Municipal.

Artigo 83 – É obrigação do proprietário a colocação da placa de numeração que deverá ser fixada em lugar visível.

Artigo 84 – As normas previstas neste Código que se relacionem com especificações de materiais, procuram um mínimo de características, que atendam às diferenciadas condições de uso e aplicação. Os materiais porventura citados especificamente poderão ser substituídos por outros de características técnicas equivalentes, acompanhando o progresso tecnológico.

Artigo 85 – Este Código, no que couber, será regulamentado por Decreto do Poder Executivo.

Artigo 86 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José do Cerrito, 09 de junho de 1987.

ALFREDO MELO SOBRINHO
Prefeito Municipal

ANEXO

Para fins deste Código, adotam-se as seguintes definições técnicas:

I – Acréscimo: Aumento de uma edificação, quer no sentido vertical, quer no sentido horizontal, realizado após a conclusão da mesma;

II – Afastamento: Distância entre a construção e as divisas do lote que está localizado, podendo ser frontal, lateral ou de fundos;

III – Alinhamento: Linha projetada e locada ou indicada pela Prefeitura Municipal, para marcar o limite entre o lote e o logradouro público;

IV – Alvará: Autorização expedida pela autoridade municipal para execução de obras de construção, modificação reforma ou demolição;

V – Andaime: Estrado provisório de madeira ou material metálico para sustentar os operários em trabalhos acima do nível do solo;

VI – Área de Construção: área total de todos os pavimentos de uma edificação inclusive o espaço ocupado pelas paredes;

VII – Balanço: Avanço da construção sobre o alinhamento do pavimento térreo;

VIII – Cota: Número que exprime, em metros ou unidade de comprimento distância verticais ou horizontais;

IX – Declividade: inclinação do terreno;

X – Divisa: Linha limítrofe de um lote ou terreno;

XI – Embargo: Paralisação de uma construção em decorrência de determinações administrativas e judiciais;

XII – Fossa Séptica: tanque de alvenaria u concreto onde se depositam as águas de esgoto e as matérias sofrem processo de desintegração;

XIII – Fundação: parte da estrutura localizada abaixo do nível do solo e que tem por função de distribuir as cargas ou esforços da edificação pelo terreno;

XIV – Habite-se: Autorização expedida pela autoridade Municipal para uso e ocupação de edificações concluídas;

XV – Interdição: Ato administrativo que impede a ocupação de uma edificação;

XVI – Logradouro Público: Parte da superfície da cidade destinada ao trânsito ou uso público, oficialmente reconhecida por uma designação própria:

XVII – Marquises: Estrutura em balanço destinada a cobertura e proteção de pedestres:

XVIII – Muros de Arrimo: Muros destinados a suportar os esforços do terreno;

XIX – Nivelamento: Regularização do terreno através de cortes e aterros;

XX – Passeio: Parte do logradouro destinada à circulação de pedestres (o mesmo que calçada);

XXI – Pé-Direito: Distância vertical entre o piso e o teto de um compartimento;

XXII – Recuo: Incorporação ao logradouro público de uma área de terreno em virtude de afastamento obrigatório;

XXIII – Sumidouro: Poço destinado a receber afluente da fossa séptica e permitir sua infiltração subterrânea;

XXIV – Tapume: Proteção de madeira que cerca toda extensão do canteiro de obras;

XXV – Taxa de ocupação: Relação entre a área do terreno ocupada pela edificação e a área total do terreno;

XXVI – Vaga: Área destinada a guarda de veículos dentro dos limites do lote;

XXVII – Vistoria: Diligência efetuada por funcionários credenciados pela Prefeitura, para verificar as condições de uma edificação, ou obra em andamento;

XXVIII – Reforma: Manutenção, conservação e reforma.